

## Quadro Comparativo – Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006

1

**Legenda:** • **Vermelho:** texto próprio da legislação alterada. • **Azul:** texto próprio do PLS nº 249, de 2005. • **Verde:** texto próprio do Substitutivo. • **Azul escuro:** texto próprio das Subemendas - CCJ

Legislação alterada	Projeto de Lei do Senado nº 265/2006	Emenda nº 1 – CE (Substitutivo)	Subemendas – CCJ
<b>Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984</b> Institui a Lei de Execução Penal.	Altera <b>os arts. 126, 129 e 130 da</b> Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para <b>instituir a hipótese de</b> remição <b>da pena pelo</b> estudo.	Altera <b>a</b> Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para <b>dispor sobre a</b> remição <b>por</b> estudo <b>e por</b> trabalho.	
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	Art. 1º O arts. 126, 129 e <b>130</b> da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passam a vigor com a seguinte redação:	Art. 1º Os arts. 126, <b>127, 128</b> e 129 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, <b>que institui a</b> Lei de Execução Penal, passam a vigor com a seguinte redação:	
Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.	“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho <b>ou estudo</b> , parte do tempo de execução da pena.	“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho ou <b>pelo</b> estudo, parte do tempo de execução da pena.	
	§ 1º A contagem do tempo <b>para o fim deste artigo</b> será feita à razão de:	§ 1º A contagem do tempo <b>referida no caput, ressalvado os crimes dispostos no § 2º deste artigo</b> , será feita à razão de:	
	II – <b>2 (dois)</b> dias de pena <b>por 5 (cinco) de estudo</b> .	I – <b>1 (um)</b> dia de pena <b>a cada 12 (doze) horas de frequência escolar, atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional, divididas, no mínimo, em três dias;</b>	
§ 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho.	I – 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho;	II – 1 (um) dia de pena <b>a cada</b> 3 (três) de trabalho.	

## Quadro Comparativo – Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006

2

**Legenda:** • **Vermelho:** texto próprio da legislação alterada. • **Azul:** texto próprio do PLS nº 249, de 2005. • **Verde:** texto próprio do Substitutivo. • **Azul escuro:** texto próprio das Subemendas - CCJ

Legislação alterada	Projeto de Lei do Senado nº 265/2006	Emenda nº 1 – CE (Substitutivo)	Subemendas – CCJ
	.....	§ 2º Nos casos dos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo, crimes hediondos e crimes dolosos cometidos com violência ou grave ameaça contra a pessoa, a remição será feita à razão de:	<b>Subemenda nº 1 - CCJ</b> Suprimam-se os §§ 2º e 3º do art. 126, a que se refere o art. 1º da Emenda nº - CE (substitutivo) ao PLS nº 265, de 2006, renumerando-se os demais.
		I – 1 (um) dia de pena a cada 28 (vinte e oito) horas de frequência escolar, atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional, divididas, no mínimo, em 7 (sete) dias;	
		II – 1 (um) dia de pena a cada 7 (sete) dias de trabalho.	
		§ 3º Em caso de reincidência nos crimes referidos no § 2º deste artigo, a remição será feita à razão de:	<b>Subemenda nº 1 – CCJ</b> Suprimam-se os §§ 2º e 3º do art. 126, a que se refere o art. 1º da Emenda nº - CE (substitutivo) ao PLS nº 265, de 2006, renumerando-se os demais.
		I – 1 (um) dia de pena a cada 44 (quarenta e quatro) horas de frequência escolar, atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional, divididas, no mínimo, em 11 (onze) dias;	
		II – 1 (um) dia de pena a cada 11 (onze) dias de trabalho.	

## Quadro Comparativo – Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006

3

**Legenda:** • **Vermelho:** texto próprio da legislação alterada. • **Azul:** texto próprio do PLS nº 249, de 2005. • **Verde:** texto próprio do Substitutivo. • **Azul escuro:** texto próprio das Subemendas - CCJ

Legislação alterada	Projeto de Lei do Senado nº 265/2006	Emenda nº 1 – CE (Substitutivo)	Subemendas – CCJ
		<p>§ 4º As atividades de estudo a que se referem os §§ 1º, 2º e 3º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou pela metodologia de ensino à distância.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Subemenda nº 2 – CCJ</b></p> <p>Dê-se ao § 4º do art. 126, a que se refere o art. 1º da Emenda nº - CE (substitutivo) ao PLS nº 265, de 2006, a seguinte redação:</p> <p>§ 4º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou pela metodologia de ensino à distância, e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos freqüentados;</p>
	§ 4º Não poderão ser cumuladas, no mesmo período, a remição pelo trabalho e pelo estudo.”(NR)	§ 5º Para fins de acumulação dos casos de remição, deverá haver compatibilidade das horas diárias de trabalho e de estudo.	
§ 2º O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.		§ 6º O preso impossibilitado por acidente de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.	
		§ 7º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de um terço, no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.	

## Quadro Comparativo – Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006

4

**Legenda:** • **Vermelho:** texto próprio da legislação alterada. • **Azul:** texto próprio do PLS nº 249, de 2005. • **Verde:** texto próprio do Substitutivo. • **Azul escuro:** texto próprio das Subemendas - CCJ

Legislação alterada	Projeto de Lei do Senado nº 265/2006	Emenda nº 1 – CE (Substitutivo)	Subemendas – CCJ
		§ 8º O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.	
		§ 9º <b>O preso provisório gozará de remissão automática a partir do nonagésimo dia de prisão até a intimação da sentença condenatória, à razão de 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de prisão cautelar.</b>	<p style="text-align: center;"><b>Subemenda nº 3 – CCJ</b></p> <p>Dê-se ao § 9º do art. 126, a que se refere o art. 1º da Emenda nº - CE (substitutivo) ao PLS nº 265, de 2006, a seguinte redação:</p> <p><b>§ 9º O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar.</b></p>
§ 3º A remissão será declarada pelo <b>Juiz</b> da execução, ouvido o Ministério Público.		§ 10. A remissão será declarada pelo <b>juiz</b> da execução, ouvido o Ministério Público e a defesa.” (NR)	
Art. 127. <b>O condenado que for punido por</b> falta grave <b>perderá o direito ao</b> tempo remido, <b>começando o novo período</b> a partir da data da infração disciplinar.		“Art. 127. <b>Em caso de</b> falta grave, <b>o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem</b> a partir da data da infração disciplinar.” (NR)	
Art. 128. O tempo remido será computado <b>para a concessão de livramento condicional e indulto.</b>		“Art. 128. O tempo remido será computado <b>como pena cumprida, para todos os efeitos.</b> ” (NR)	

## Quadro Comparativo – Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006

5

**Legenda:** • **Vermelho:** texto próprio da legislação alterada. • **Azul:** texto próprio do PLS nº 249, de 2005. • **Verde:** texto próprio do Substitutivo. • **Azul escuro:** texto próprio das Subemendas - CCJ

Legislação alterada	Projeto de Lei do Senado nº 265/2006	Emenda nº 1 – CE (Substitutivo)	Subemendas – CCJ
Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará, mensalmente, ao Juízo da <b>execução, ao Ministério Público e à Defensoria Pública</b> cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando e dos dias de <b>trabalho</b> de cada um deles.	“Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao Juízo da <b>Execução</b> cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando <b>ou estudando</b> e dos dias de <b>atividade a remir</b> de cada um deles. .....” (NR)	“Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao <b>juízo</b> da <b>execução</b> cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando, <b>com informação dos dias de trabalho e das horas de frequência escolar ou de atividades de ensino</b> de cada um deles.	
Parágrafo único. Ao condenado <b>dar-se-á</b> relação de seus dias remidos.		Parágrafo único. Ao condenado <b>será dada a</b> relação de seus dias remidos.” (NR)	
	“Art. 130. Constitui o crime do art. 299 do Código Penal declarar ou atestar falsamente prestação de serviço ou frequência escolar para fim de instruir pedido de remição.” (NR)		
<b>Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005</b> Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.			
		Art. 2º O art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:	
Art. 2º ..... .....		“Art. 2º ..... .....	

## Quadro Comparativo – Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006

6

**Legenda:** • **Vermelho:** texto próprio da legislação alterada. • **Azul:** texto próprio do PLS nº 249, de 2005. • **Verde:** texto próprio do Substitutivo. • **Azul escuro:** texto próprio das Subemendas - CCJ

Legislação alterada	Projeto de Lei do Senado nº 265/2006	Emenda nº 1 – CE (Substitutivo)	Subemendas – CCJ
		IV - ao condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto ou que usufrui de liberdade condicional.	
<b>Parágrafo único.</b> A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou sequencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.		§ 1º A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou sequencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.	
		§ 2º Para os beneficiários descritos no inciso IV, a bolsa será integral, atendidos o critério previsto no § 1º do art. 1º e requisitos específicos a serem definidos em regulamento, cancelando-se o direito à bolsa em caso de regressão ao regime fechado ou de revogação do livramento condicional.” (NR)	
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	<b>Art. 3º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	